

REZENDE BARBOSA S.A. ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES

C.N.P.J. nº 44.358.034/0001-28

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento aos dispositivos legais e estatutários, apresentamos os Balanços Patrimoniais e demais contas referentes aos exercícios encerrados em 31 de março.

Balanço patrimonial - Exercícios findos em 31 de março (Em milhares de reais)			
Ativo	Nota	2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.826	8.931
Demais contas a receber	6	9	4
Outros ativos	7	655	543
Total do ativo circulante		5.490	9.478
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Outros ativos	7	186	192
		186	192
Total do ativo não circulante		186	192
Total do ativo		5.676	9.670

Passivo e patrimônio líquido			
Passivo e patrimônio líquido	Nota	2024	2023
Circulante			
Fornecedores		-	8
Juros sobre capital próprio		16.493	16.493
Impostos e taxas		135	133
		16.628	16.634
Total do passivo circulante		16.628	16.634
Patrimônio líquido	8		
Capital social		25.404	25.404
Prejuízos acumulados		(36.356)	(32.368)
		(10.952)	(6.964)
Total do passivo e do patrimônio líquido		5.676	9.670

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido			
Exercícios findos em 31 de março (Em milhares de reais)			
	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados
Em 31 de março de 2022		31.404	(29.372)
Prejuízo do exercício		-	(2.996)
Redução de capital	8 (a)	(6.000)	-
Em 31 de março de 2023		25.404	(32.368)
Prejuízo do exercício		-	(3.988)
Em 31 de março de 2024		25.404	(36.356)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais: A Rezende Barbosa S.A. Administração e Participações ("Sociedade") é uma sociedade por ações de capital fechado, sediada em Tarumã, Estado de São Paulo, tem como objetivo a participação, administração e o gerenciamento em outras empresas. Em 31 de março de 2024 e 2023, a Sociedade não possuía compromisso com terceiros. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de abril de 2023: **Alteração ao CPC 26(R1) - Divulgação de políticas contábeis:** alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações materiais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. **Alteração ao CPC 23 - Políticas contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. **Alteração ao CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. **Alteração ao CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada "GloBE effective tax rate" ou alíquota efetiva GloBE. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Empresa. **2.1.2. Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor:** Alteração ao CPC 06 (R - "Arrendamentos"): a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("sale and lease-back"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revisados" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantidade de ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. **2.2. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, e evidenciam todas as informações relevantes principais das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Sociedade em 20 de junho de 2024. **2.3. Conversão de moeda estrangeira: Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Sociedade atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Sociedade. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor. **2.5. Ativos financeiros: 2.5.1. Classificação e mensuração:** A administração avalia os modelos de negócios que se aplicam aos ativos financeiros mantidos pela Sociedade e classifica os instrumentos financeiros nas devidas categorias: instrumentos de dívida e instrumento de patrimônio. No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é mensurado: ao valor justo por meio do resultado; ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Sociedade

mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. **(a) Valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem instrumentos derivativos e os instrumentos de dívida cujas características de fluxo de caixa não são mantidas dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja coletar fluxos de caixa contratuais ou coletar fluxos de caixa contratuais e vender. Os ativos financeiros, quando existentes nesta categoria são classificados no ativo circulante. **(b) Custo amortizado:** Os ativos financeiros categorizados como custo amortizado são os investimentos, cujo o modelo de negócios estabelece que sejam mantidos para a coleta de fluxos de caixa contratuais, que representam apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor do principal. **(c) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com ganhos ou perdas revertidos para lucros ou perdas no desreconhecimento. Os ativos financeiros, quando existentes nesta categoria são os instrumentos de dívida cotados da Sociedade que são mantidos dentro de um modelo de negócios para coletar fluxos de caixa e vender. **2.5.2. Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, mediante cumprimento das obrigações entre as partes. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados na demonstração do resultado. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. O custo amortizado inclui os empréstimos e recebíveis e são contabilizados usando o método da taxa efetiva de juros. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Sociedade tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras". **2.5.3. Perda (impairment) de ativos financeiros:** As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Sociedade aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do impairment, com base no histórico, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício, com o objetivo de determinar a perda esperada. Um ativo ou grupo de ativos financeiros que está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos ("evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Sociedade usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) a dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) a Sociedade, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria; (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: • mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; e • condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Sociedade pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por impairment reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. A Sociedade não identificou evidência de impairment para os exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023. **2.5.4. Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Sociedade ou da contraparte. **2.6. Demais contas a receber:** Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Sociedade. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, e se aplicável estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber, são, inicialmente,

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de março (Em milhares de reais)			
Receitas (despesas) operacionais	Nota	2024	2023
Gerais e administrativas	9	(20.389)	(20.229)
Outras receitas, líquidas	9	15.545	15.248
Prejuízo operacional antes de participação societária e resultado financeiro		(4.844)	(4.981)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	10	863	2.008
Despesas financeiras	10	(7)	(23)
		856	1.985
Prejuízo do exercício		(3.988)	(2.996)
Prejuízo do exercício por ação	8 (d)	(0,30)	(0,19)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de março (Em milhares de reais)

	2024	2023
Prejuízo do exercício	(3.988)	(2.996)
Outros componentes do resultado abrangente	(7)	(23)
Total do resultado abrangente do exercício	(3.988)	(2.996)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para impairment. **2.7. Outros ativos:** Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas ou, no caso de despesas do exercício seguinte, ao custo. **2.8. Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de impairment. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis (UGCs). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido impairment, são revisados periodicamente para a análise de uma possível reversão do impairment. Em março de 2024 e 2023, a Sociedade não tem ágio, ou ativos sujeitos a depreciação, apenas terras registradas no imóvelizado, sobre as quais não foi identificado qualquer indicativo de impairment. **2.9. Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até 12 meses (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante. **2.10. Imposto de renda e contribuição social:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos correntes. Os tributos sobre a venda são reconhecidos na demonstração do resultado. O imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Sociedade nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamentos às autoridades fiscais. **2.11. Reconhecimento de receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Sociedade. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos. A Sociedade reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. A Sociedade baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. **(a) Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. **(b) Componentes de financiamento:** A Sociedade não prevê ter contratos nos quais o período entre a transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente e o pagamento por parte do último exceda um ano. Como consequência, a Sociedade não ajusta os preços de transação em relação ao valor do dinheiro no tempo. **2.12. Demais receitas e despesas:** As demais receitas e despesas são registradas ao resultado do exercício, de acordo com o regime contábil de competência do exercício. **3. Gestão de risco financeiro: 3.1. Fatores de risco financeiro:** A Sociedade opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, nos próximos 12 meses, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos. Em 31 de março de 2024 e 2023, não havia operações em aberto envolvendo instrumentos financeiros derivativos e a administração não operou com os mesmos durante os exercícios mencionados. **(a) Risco de liquidez:** É o risco de a Sociedade não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. **(b) Risco de mercado - risco com taxa de juros:** Esse risco é oriundo da possibilidade de a Sociedade incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Sociedade monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de operação para sua proteção. As principais aplicações financeiras são representadas substancialmente por operações lastreadas por CDB, indexadas ao CDI, efetuadas com instituições financeiras de primeira linha e com características de alta liquidez e circulação no mercado. Em 31 de março de 2024 e 2023, a Sociedade não possuía qualquer contrato com a finalidade de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas, bem como não contratou operações de empréstimos e financiamentos. **3.2. Gestão de capital:** O objetivo da Sociedade ao administrar sua estrutura de capital é o de assegurar a continuidade de

Tarumã-SP, 20 de junho de 2024.

Demonstração dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de março (Em milhares de reais)			
Fluxo de caixa de atividades operacionais:	Nota	2024	2023
Prejuízo do exercício		(3.988)	(2.997)
Variações nos ativos e passivos operacionais:			
Demais contas a receber e outros ativos		(111)	(215)
Fornecedores		(8)	(1)
Impostos e taxas		2	(8)
Caixa líquido aplicado nas pelas atividades operacionais		(4.105)	(3.221)
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos:			
Redução de capital	8 (a)	-	(6.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		-	(6.000)
Redução líquido de caixa e equivalente de caixa		(4.105)	(9.221)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		8.931	18.152
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		4.826	8.931

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

suas operações e financiar oportunidades de investimento, mantendo um perfil de crédito saudável e oferecendo retorno adequado a seus acionistas. A Sociedade monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, com a dívida líquida. Em 31 de março de 2024 e 2023, a Sociedade não possui saldo de empréstimos e financiamentos a pagar. **4. Instrumentos financeiros por categoria:**

	2024	2023
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	4.826	8.931
Demais contas a receber	9	4
Outros ativos	655	543
	5.490	9.478
Passivos		
Juros sobre capital próprio a pagar	16.493	16.493
	16.493	16.493
5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras: A Sociedade possui em caixa e depósitos bancários R\$ 4.826 (2023 - R\$ 8.931) de aplicações financeiras representadas por Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e são remuneradas por 101,0% (2023 - 102,3%) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. 6. Demais contas a receber: A Sociedade possui em demais contas a receber R\$ 9 (2023 - R\$ 4) de adiantamento a fornecedores diversos referente nota de débito com devedores diversos.		
7. Outros ativos:		
Impostos federais (IRPJ e IRRF)	633	523
Contribuições federais a compensar - CSLL	11	10
Outros	197	202
	841	735
8. Patrimônio líquido: (a) Capital Social: O capital social totalmente integralizado é representado em 31 de março de 2024 e 2023 por 13.497.703 ações sem valor nominal. Em 19 de janeiro de 2023, decidem os sócios, por unanimidade, promover a redução do capital social de R\$ 31.404 para R\$ 25.404, com o cancelamento de 3.191.489 (três milhões, cento e noventa e um e quatrocentos e oitenta e nove) quotas iguais de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, mediante a restituição aos acionistas, em iguais proporções, conforme respectivas participações no capital social da Companhia. (b) Reserva de lucros: Legal: A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% sobre o lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. A serem destinados: a destinação do saldo das reservas de lucros será definida em assembleia geral ordinária. (c) Dividendos: A definição sobre o montante de dividendos a serem distribuídos será determinada em Assembleia Geral Ordinária. De acordo com o estatuto social da Sociedade, os acionistas têm o direito de receber como dividendos mínimos obrigatórios, em cada exercício, 6% (seis por cento) do lucro líquido, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (a) importância destinada à constituição de reserva legal; e (b) importância destinada à formação da reserva de contingências, e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores. (d) Prejuízo básico e diluído por ação: O prejuízo por ação foi calculado pela média ponderada do valor por ação e está apresentado conforme quadro abaixo:		

	2024	2023
Prejuízo utilizado na apuração do resultado básico e diluído por ação	(3.988)	(2.996)
Quantidade média de ações no período (em milhões)	13.498	16.060
Prejuízo por ação - básico e diluído	(0,30)	(0,19)
9. Despesas gerais e administrativas: A Sociedade apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é como segue:		
Gerais e administrativas		
Aluguéis / arrendamentos	(20.307)	(19.998)
Despesas com processos judiciais	(39)	(74)
Serviços terceiros	(30)	(128)
Despesas com cartório	(11)	(6)
Outros	(2)	(23)
	(20.389)	(20.229)
Outras receitas, líquidas		
Receita com subarrendamento	17.165	16.904
Impostos, taxas e contribuições	(1.628)	(1.657)
Outros	8	1
	15.545	15.248
	2024	2023
10. Resultado financeiro:		
Receitas financeiras:		
Juros sobre aplicações financeiras	825	1.986
Juros diversos	38	22
	863	2.008
Despesas financeiras:		
Juros diversos	(6)	(21)
Outros	(1)	(2)
	(7)	(23)
Resultado financeiro	856	1.985

A Administração
Alberto Asato - Diretor Superintendente
Wendel Marques Cordeiro de Barros
 Supervisor de Controladoria - CRC 1 SP 263133/O-1

